

FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2	
Nome da Pasta	A_COR_DO_BRASIL_CÚRIADIOCESANADENOVAIGUAÇU
Autor/Instituição	Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, RJ.
Número de Documentos	1
Quantidade e tipo de documentação	Revista. Total de páginas: 13.
Dia/ Mês/Ano	2003
Formato	A4
Resumo	Publicado pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, CEAP, no ano de 2003 e conservado pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, este conjunto documental contempla a revista “A Cor do Brasil” com uma coletânea de textos divulgados pelo Jornal O Globo, sob a organização da jornalista Míriam Leitão.
Palavras-Chave	CEAP, Cor; Marginalização; Cúria; Diocese; Nova Iguaçu.
Notas explicativas	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM



CEDIM – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

Av. Governador Roberto Silveira S/N - CEP: 26020-740 - Centro - Nova Iguaçu-RJ

A COR DO BRASIL



**AÇÃO AFIRMATIVA
ATITUDE POSITIVA**



ARTIGOS

ORG. MÍRIAM LEITÃO
FLÁVIA OLIVEIRA
DÉBORA THOMÉ
RICARDO PRADO

REVISTA

A COR DO BRASIL

SUMÁRIO	A RAÇA DAS MULHERES QUE SABEM INCLUIR 3 <i>Flávia Oliveira</i>
	NÚMEROS QUE CONTAM A DESIGUALDADE 5 <i>Flávia Oliveira</i>
	BRASIL, ABRE A CORTINA DO PASSADO 7 <i>Miriam Leitão</i>
	ENSINANDO A VENCER A PRIMEIRA BARREIRA 12 <i>Flávia Oliveira e Miriam Leitão</i>
	A CLAVE NEGRA 14 <i>Ricardo Prado</i>
	A FORÇA QUE BROTA DO TAMBOR 16 <i>Débora Thomé</i>
	A VERDADE É QUE ELES SEMPRE LUTARAM 18 <i>Miriam Leitão</i>

A revista A Cor do Brasil, publicada pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – CEAP, é uma coletânea de textos divulgados pelo jornal O Globo, no ano de 2003, sob a organização da jornalista Miriam Leitão.

A lei 10.639 torna obrigatória a inclusão da história da África e da cultura negra no currículo escolar do ensino básico.

*A revista A Cor do Brasil é uma contribuição ao fomento de debates sobre o tema relacionado ao concurso de redação **Relações Raciais e Promoção da Igualdade Racial** e servirá como subsídio para alunos e professores das redes pública e privada do Estado do Rio de Janeiro.*

PROGRAMA
**PETROBRAS
FOME ZERO**
DESENVOLVIMENTO COM CIDADANIA

BR
PETROBRAS

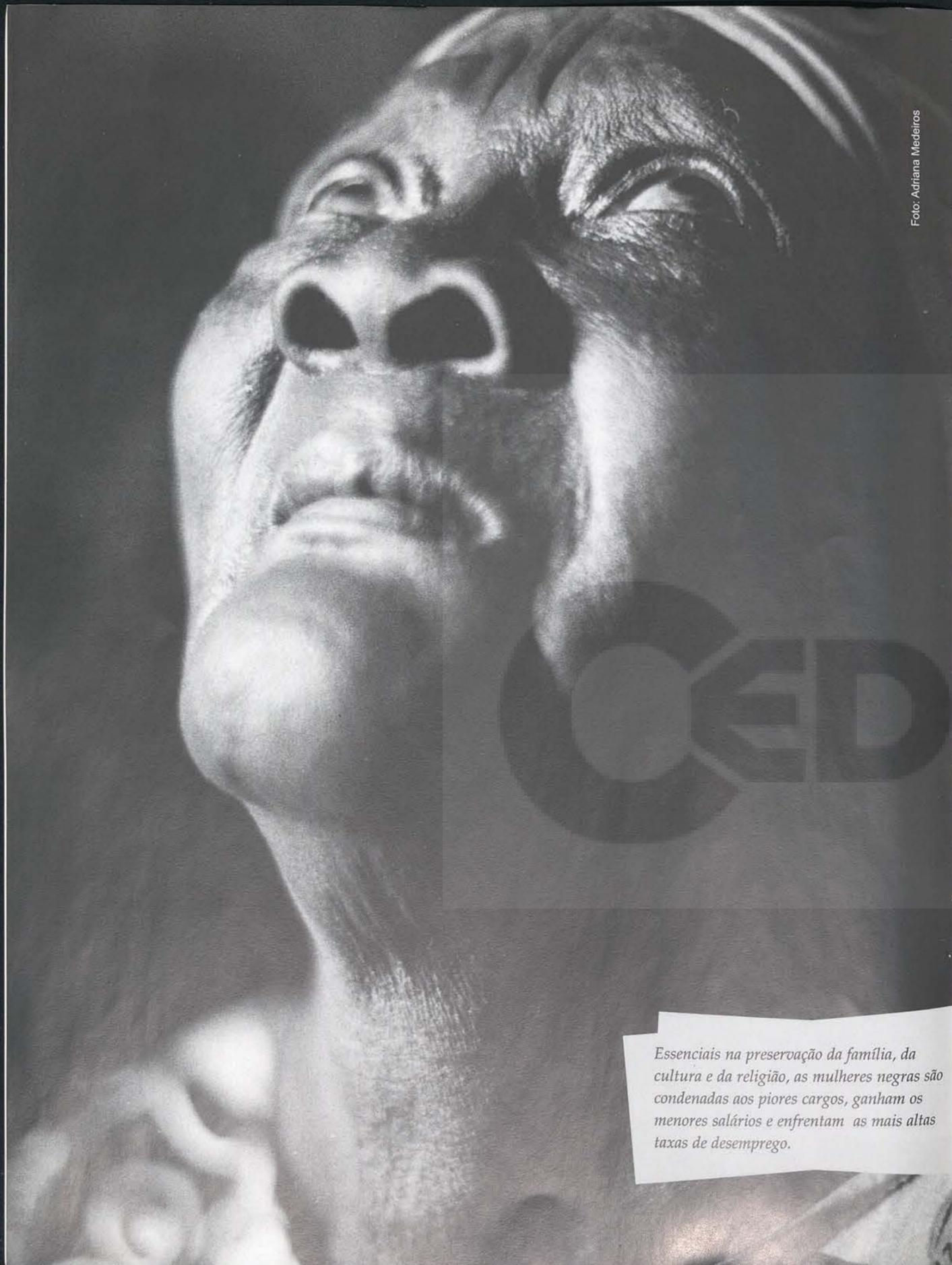


Foto: Adriana Medeiros

REVISTA **A COR
DO BRASIL**

A RAÇA DAS MULHERES QUE SABEM INCLUIR

Flávia Oliveira

3

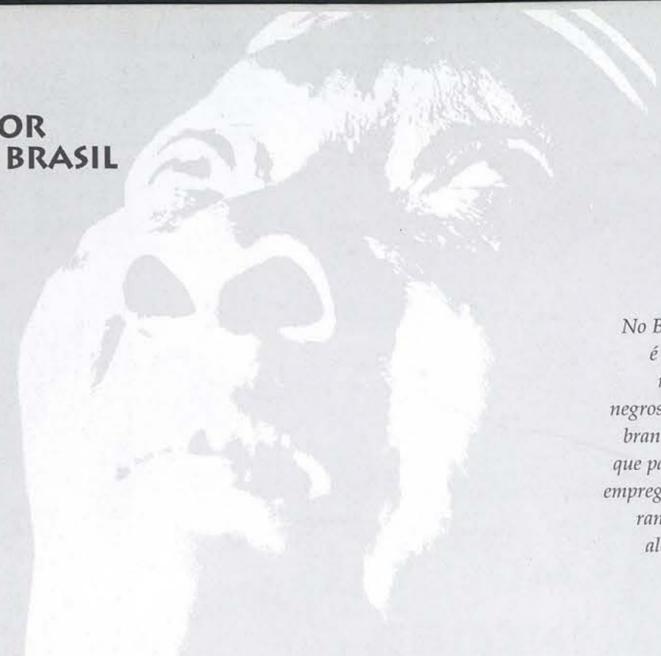
Até os 19 anos, Maria das Graças Manoel de Oliveira não tinha mais que três anos de estudo. Para voltar à escola, trabalhou como doméstica por mais de uma década. Entrou na faculdade aos 46 anos. Formou-se em Letras, dá aulas para alunos de um pré-vestibular enquanto se prepara, aos 55 anos, para começar a pós-graduação em História da África. Sonha fazer mestrado e doutorado.

Therezinha Rosa Bello de Souza se forma este ano em Serviço Social. Merendeira aposentada, moradora da Cidade de Deus, ela

trabalha num projeto social de geração de emprego e renda no Lixão de São Gonçalo. Aos 63 anos, viúva, cria os três netos desde a morte da única filha.

Maria Alice Mariano Pereira da Silva dá aula de reforço escolar a crianças da Baixada Fluminense, onde mora. Perdeu as contas das manifestações racistas com que se deparou nos seus 39 anos de idade. Uma delas, de descaso no atendimento médico, acredita, a fez perder um bebê aos sete meses de gravidez. Da infância não esquece a frustração de jamais ter con-

Essenciais na preservação da família, da cultura e da religião, as mulheres negras são condenadas aos piores cargos, ganham os menores salários e enfrentam as mais altas taxas de desemprego.



No Brasil, a discriminação por raça é mais forte que a de gênero. No mercado de trabalho os homens negros valem menos que as mulheres brancas. Por último vêm as negras, que passam a vida trabalhando como empregadas domésticas e babás. É um ranço da cultura escravocrata que alcançou o Brasil do século XXI.

seguido ser anjo na festa da padroeira de Carmo, cidade onde nasceu:

4

– Não havia anjo negro.

De tristeza e alegria, fracasso e vitória são moldadas as histórias de Graça, Therezinha, Alice e de uma legião de mulheres negras Brasil afora. Elas ocupam as piores posições nos indicadores socioeconômicos relacionados à raça. Ironicamente, estão no topo das ações de inclusão e são as guardiãs dos valores familiares, culturais e religiosos dos afro-descendentes.

– A força aglutinadora das mulheres negras, não apenas no sagrado, mas na vida cotidiana, é uma herança cultural. A escravidão nos tirou do exílio do lar, concedido às mulheres brancas. Fomos forçadas a trabalhar, ir para a rua, mas continuamos responsáveis, até hoje, pela integridade das famílias – diz a médica Jurema Werneck, fundadora da ONG Criola, de apoio a mulheres negras.

O papel estratégico parece valer pouco quando se analisam indicadores mais amplos. As pretas e pardas estão irremediavelmente nas piores posições no mercado de trabalho, têm

as mais altas taxas de desemprego, ganham os menores salários e chefiam as famílias mais pobres. Segundo levantamento do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), em 2002, o desemprego entre as negras era de 13,2%, contra 10,2% das brancas. Entre os homens: 8,3% (negros) e 6,5% (brancos).

Na remuneração, o abismo se acentua. Homens e mulheres brancas ganham em média R\$ 834 e R\$ 513 por mês; negros e negras, R\$ 400 e R\$ 251, respectivamente. É a evidência de que, no Brasil, a discriminação por raça é mais forte que a de gênero, diz o sociólogo José Luís Petrucelli, pesquisador do IBGE. No mercado de trabalho, completa, os homens negros valem menos que as mulheres brancas.

As negras vêm por último. Quase sempre, começam (e passam) a vida trabalhando como empregadas domésticas ou babás. É um ranço da cultura escravocrata que alcançou o Brasil do século XXI. Segundo o IBGE, 13,7% das pretas que trabalham são domésticas, contra 9,1% das pardas e 6,3% das brancas.



Foto: Adriana Medeiros

5

NÚMEROS QUE CONTAM A DESIGUALDADE

Flávia Oliveira

Eles são mais de 79 milhões de homens, mulheres, crianças. Formam a segunda maior população negra do mundo – atrás apenas da Nigéria. Representam 46% dos brasileiros. Transbordam nas áreas pobres. São quase invisíveis no topo da pirâmide social. E enfrentam uma desvantagem quase monótona nos indicadores socioeconômicos: do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) à taxa de analfabetismo; do desemprego ao salário mé-

dio; das condições adequadas de saneamento ao acesso doméstico à internet.

Trezentos e oito anos depois da morte de Zumbi, mais de um século após o fim da escravidão, o Brasil ainda vive sob a imensa desigualdade racial que alija da plena cidadania quase metade de seus filhos. A pedido do Jornal O GLOBO, o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets) se debruçou nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra

O Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade se debruçou nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-IBGE) de 1992 e 2002. Descobriu que, seja qual for o indicador, pretos e pardos estão invariavelmente atrás dos brancos.

de Domicílios (Pnad-IBGE) de 1992 e 2002. Descobriu que, seja qual for o indicador, pretos e pardos estão invariavelmente atrás dos brancos.

– A boa notícia é que em quase todos os indicadores, exceto desemprego e pobreza, os negros melhoraram mais do que os brancos. A má é que a distância é grande e, pior, se repete nos números sobre as crianças – diz o economista André Urani, presidente do Iets e autor do estudo com o estatístico Giovani Quintaes.

Nem mesmo os avanços sociais observados nos anos 90 foram capazes de eliminar o abismo entre os dois segmentos. Se o acesso a educação, serviços públicos e bens de consumo básicos – como ensino primário, energia elétrica, geladeira, rádio e televisão – caminha para a universalização, a distância ganha corpo nos equipamentos mais afinados com as classes média e alta, como freezer, computador e telefone fixo. E se sedimenta na diferença de IDH: 0,814 para os brancos e 0,703 para os negros, num indicador que melhora quanto mais próximo ficar de um.

– O ritmo de redução da desigualdade racial é claramente insuficiente. Estamos trabalhando para melhorar a vida da população mais carente, mas não para eliminar os mecanismos de reprodução da desigualdade – com-

pleta Sergio Besserman Vianna, ex-presidente do IBGE, em cuja gestão as publicações do instituto ganharam capítulos relacionados a raças.

Besserman alerta que o aumento da escolaridade dos pretos e pardos é também combustível da intolerância com as diferenças. Eliminá-las teria, portanto, o efeito de reconstruir o tecido social brasileiro, desgastado pelas mazelas do passado e do presente. Que o diga o músico Robson Gomes, de 28 anos. Ele mora numa casa modesta em Realengo e divide seu tempo entre as apresentações de seu grupo de pagode, o trabalho como professor voluntário e as aulas preparatórias para o vestibular (quer cursar Letras). Recebe ajuda dos pais e da sogra para manter na escola particular as duas filhas: Rhuana, de 9, e Rhuliana, de 6. A mulher, Rúbia Michelline Sales de Oliveira, está terminando o ensino médio e faz curso de auxiliar de enfermagem.

– Fiquei dez anos sem estudar porque nunca pude pagar faculdade. Mas sei como o estudo é importante, por isso quero as meninas na escola particular. É a chance de mudarmos de vida – diz Robson, que montou um cartaz com fotos de negros famosos para ativar o orgulho racial das filhas.

Qualquer que seja o indicador socioeconômico, as estatísticas oficiais invariavelmente denunciam que os 79 milhões de pretos e pardos brasileiros vivem em condições piores que os brancos.



Foto: João Paulo Engelbrecht

BRASIL, ABRE A CORTINA DO PASSADO

Miriam Leitão

Zumbi nasceu livre, mas morreu lutando pela liberdade. Houve um dia em que Salvador parou, por causa de uma greve dos escravos. O primeiro sistema de capitalização de que se tem notícia no Brasil foi montado por negros para a compra de alforrias. Negros entraram na Justiça contra senhores de escravos e

alguns ganharam a ação. Houve quilombo no Brasil inteiro. Não apenas os isolados, mas nas cidades. A maior concentração de negros fugidos no Rio ficava na área que é hoje a Lagoa Rodrigo de Freitas. A Camélia foi um código entre abolicionistas. Houve batalhas de rua. A História é muito mais rica, emocionante e forte

A voz de Zezé Motta atravessou o Paço Municipal na festa de lançamento da Campanha Camélia da Liberdade cantando a música de Zumbi: "A felicidade do negro é uma felicidade guerreira." É o que constata quem se depara com esta história de tantas tramas e lutas, tanta resistência, tanto engenho e arte, tanto amor à liberdade, tantas lições de coragem.

do que os resumos que temos em mente. Parte do processo de valorização do negro no Brasil passa por abrir a cortina que encobre e simplifica o passado. Há historiadores fazendo isso para que o país se entenda melhor. E é inaceitável que o Brasil saiba tão pouco de tudo o que se passou nos primeiros séculos. Dos dez milhões de negros vítimas do tráfico de seres humanos, quatro milhões vieram para o Brasil. Fomos o país que mais recebeu escravos. O primeiro mito derrubado é o de que os negros aceitaram a escravidão. Eles lutaram durante mais de três séculos e das mais variadas formas. A bravura e o inconformismo atravessam a História criando uma cultura da resistência.

– As pessoas pensam que a rebelião acontece de uma hora para outra em que negros rebeldes se juntam e começam a gritar. Não. Antes dos episódios havia toda uma tessitura de relações, urdiduras, e até poupança para organizar e financiar o movimento. Havia toda uma contra-sociedade, que empreendeu um leque de ações de enfrentamento, superação e afronta às instituições escravistas. E não foram isolados os casos. Na cidade de Salvador, em menos de 40 anos, entre 1798 e 1835 ocorreram vinte grandes rebeliões. Havia também a resistência diária, cotidiana – diz Ubiratan de Castro, presidente da Fundação Palmares.

Quem pode imaginar escravos fazendo greve? O historiador João José Reis escreveu sobre "A Greve Negra" em que conta os surpreendentes acontecimentos na cidade de Salvador no ano de 1857. Os carregadores urbanos de carga e de gente eram todos negros, escravos. Um dia a cidade estabelece que eles deveriam andar com placas no peito. Eles cruza-

ram os braços e nada mais andou em Salvador, nem gente, nem mercadoria. Rejeitaram as placas que, segundo eles, os igualaria aos animais. A greve venceu.

Zumbi foi coroinha e se chamava Francisco. O Quilombo dos Palmares durou cem anos e seu início foi bem no começo de tudo: em 1595. Era chamado por quem morava lá de Angola Janga ou Angola Pequena. Foi uma sociedade complexa, com vários povoados, que chegou a dez mil habitantes, ou quilombolas. Zumbi nasceu lá no território livre que ficava na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas, quando o Quilombo já existia há 60 anos. Na época em que nasceu, em 1655, houve diversos ataques a Palmares. Num deles, ele foi capturado e entregue a um padre que o educou. Com 15 anos ele foge e volta para a terra em que nasceu se transformando num dos principais auxiliares do líder Ganga Zumba. Oito anos depois, os dois entram em conflito. Zumbi foi contra o acordo de paz que o líder quis negociar com o governador de Pernambuco, em que só seriam livres os moradores que nasceram lá.

– Há uma compreensão errada de Ganga Zumba. O poder colonial teve que se curvar e negociar com ele um tratado de paz. Era uma demonstração de força do Quilombo. No Suriname e Jamaica também houve acordos de paz em que o poder colonial teve que preservar o território dos negros. Seus descendentes hoje são 10% da população – diz o historiador Flávio Gomes, um dos maiores especialistas no assunto.

No "Liberdade por um fio", ensaios organizados por Flávio Gomes e João José Reis, há muitas histórias de quilombos. Eles foram mais disseminados do que se tem idéia. O ensaio de

Carlos Magno Guimarães informa que entre 1710 e 1790 "o acervo documental permite afirmar a descoberta e destruição de 160 quilombos nas Minas Gerais". Não era um fato isolado, era uma forma de resistência.

– Houve quilombo no Brasil inteiro. Houve grupos que se misturaram aos índios. Alguns quilombos foram próximos das cidades e havia até uma relação entre eles e as cidades. Durante muito tempo o Rio foi abastecido de lenha pelos quilombolas. Eles negociavam através do campesinato, dos alforriados, e o produto entrava clandestinamente no Rio – diz Flávio Gomes.

A Fundação Palmares está trabalhando no reconhecimento das terras dos remanescentes e atesta a amplitude do movimento:

– Quando a Constituinte estabeleceu a demarcação destas terras, achava-se que eram duas ou três. Até agora, temos 700, mas a idéia é que podem chegar a dois mil – diz Ubiratan de Castro.

A pesquisadora americana Mary Karash estudou o assunto por trinta anos e no livro "A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro" fala da "coragem e força daqueles que suportaram e construíram uma vida para eles mesmos em meio à escravidão, ou resistiram fugindo, re-

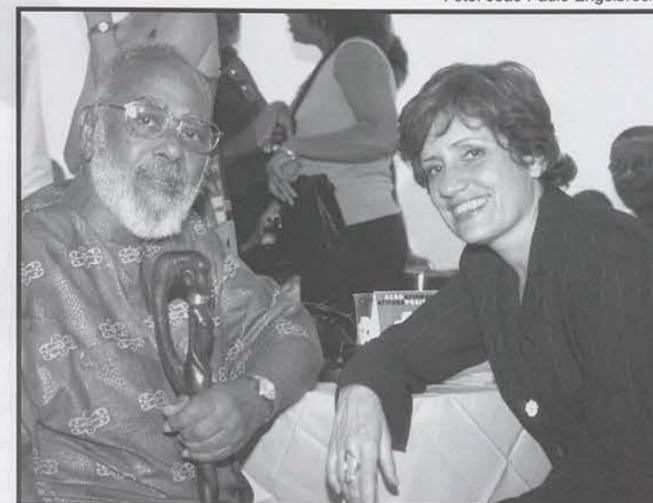


Foto: João Paulo Engelbrecht
Abdias Nascimento e Miriam Leitão comemoram o lançamento da Campanha Camélia da Liberdade.

voltando-se, entrando para maltas de capoeiras, formando quilombos ou cometendo suicídio na crença de que seus espíritos voltariam para a África". A resistência atingiu até os índices de natalidade. Mulheres provocavam abortos para não dar mais filhos para a escravidão.

A brutalidade a que eram submetidos produziu outra cicatriz nas estatísticas de vida: a mortalidade era alta e a expectativa baixíssima. A vida útil de um escravo era de 10 a 12 anos.

Números, fatos, documentos, pesquisa dos historiadores traçam o quadro de uma vasta e incansável resistência. Resistiu-se em todo o território nacional durante mais de três séculos.

De um quilombo urbano bem específico

Sem a cortina, o que se vê é uma história de emoções. De opressão e vitória. De luta em todos os campos. A resistência negra à escravidão é uma história que o país conhece pouco. Estudá-la é parte do processo de entender o Brasil.



contou Eduardo Silva no seu livro "Camélias do Leblon": uma chácara mantida por um industrial português num bairro da periferia chamado Leblon no qual abolicionistas se reuniam e escravos fugidos encontravam abrigo. Nele e em tantos outros livros se vê como foi extensa a luta pela Abolição. Há diversos registros de historiadores mostrando como se lutou nas ruas por liberdade, em comícios, manifestações e revoltas. Não foi um movimento palaciano, foi uma vasta conspiração que tinha até símbolo e senha: a camélia.

– É preciso combater a idéia do negro humilhado, aceitando o castigo. Ele lutou em todas as frentes - diz Eduardo Silva.

Grupos de escravos se juntavam para a compra da liberdade. A grande dúvida é como conseguiam dinheiro se eram escravos. Com força e determinação incalculáveis.

– Conseguiram renda às vezes com sobretrabalho. Depois do trabalho diário, faziam extra em construção de igrejas, por exemplo. O primeiro sistema de capitalização de que se tem notícia foi o Zuzu, dos Nagôs da Bahia. Era uma caixa de pecúlio na qual todos pouparam e uma vez por mês sorteava-se um que poderia comprar a liberdade. Tudo era organizado pelos escravos com a ajuda de libertos – conta Ubiratan de Castro.

Esse consórcio encontrava um problema. O senhor de escravos elevava o preço na hora da compra. A falta de arbitragem fez o governo baixar uma lei estabelecendo que o senhor tinha que estabelecer os preços e respeitá-los.

Talvez a mais surpreendente das formas

de se lutar por liberdade seja a Ação de Liberdade: escravos entraram na Justiça acusando senhores de maus-tratos. Há vários estudiosos desta questão que lança luz sobre a história do direito brasileiro. Uma delas é Keila Grinsberg, que encontrou no Arquivo Nacional mais de 400 processos que tinham ido à segunda instância. Estavam em caixas fechadas e esquecidas. Fez sua tese e a transformou no livro "Liberata".

Liberata tinha dez anos, em 1790, quando foi comprada pelo senhor José Vieira Rebello. Em 1813, ela entregou um requerimento ao juiz municipal de Desterro em que conta uma história de horror comum naquele tempo. Estuprada e abusada constantemente pelo senhor, ainda era perseguida por ter presenciado os crimes cometidos por ele. José Rebello tinha uma forma estranha de proteger a honra de sua filha Anna: matava os filhos ilegítimos que ela tinha e os enterrava no quintal. Seu azar foi que Liberata viu tudo e tudo relatou na longa ação em que acabou conseguindo sua liberdade. Na ação, seu procurador diz que ela "implora de joelhos com toda a devida vênia para que por esta primeira voz possa em seu nome fazer saber à Alta Justiça os tormentos do seu cativeiro, as sevícias que de dia em dia sofre sem respirar, nem poder conseguir os meios de se queixar". Que coragem é preciso ter para, em sendo escravo, entrar na Justiça contra o todo poderoso senhor e acusá-lo de crime? Liberata não foi a única. Houve muitas ações de liberdade em todo o Brasil.

Dos levantes urbanos, o mais impressionante e bem organizado foi a Revolta dos Malês,

estudada por João José Reis no livro que acaba e ser republicado. "Na noite do dia 24 para 25 de janeiro de 1835, um grupo de africanos escravos e libertos ocupou as ruas de Salvador, Bahia e durante mais de três horas enfrentou soldados e civis armados", conta ele no livro. A insurreição foi planejada em reuniões secretas. Eles chegaram a criar um clube e um fundo de despesas para financiar o projeto que não era apenas a liberdade: eles queriam tomar o poder. "Setenta morreram, mais de 500 foram presos e condenados a morte, açoites, deportação". Um dos líderes da rebelião era uma mulher: Luiza Mahin, mãe de um menino vendido como escravo, que se libertou, tornou-se advogado e foi um dos grandes abolicionistas: Luiz Gama.

Os negros lutaram outras lutas da nacionalidade. Em qualquer batalha que a história registra lá eles estavam. Na guerra do Paraguai muitos lutaram também na esperança de conquistar a própria liberdade.

Dia 14 de novembro de 2003, no campo do Cerro dos Porongos, em Pinheiro Machado, Rio Grande do Sul, os tambores ecoaram. Era a comemoração dos 159 anos de uma batalha histórica da Guerra dos Farroupilhas, em que os Lanceiros Negros, escravos, morreram pela causa separatista do Rio Grande.

Foi extensa a luta pela Abolição. Há diversos registros de historiadores mostrando como se lutou nas ruas por liberdade, em comícios, manifestações e revoltas. Não foi um movimento palaciano, foi uma vasta conspiração que tinha até símbolo e senha: a camélia.

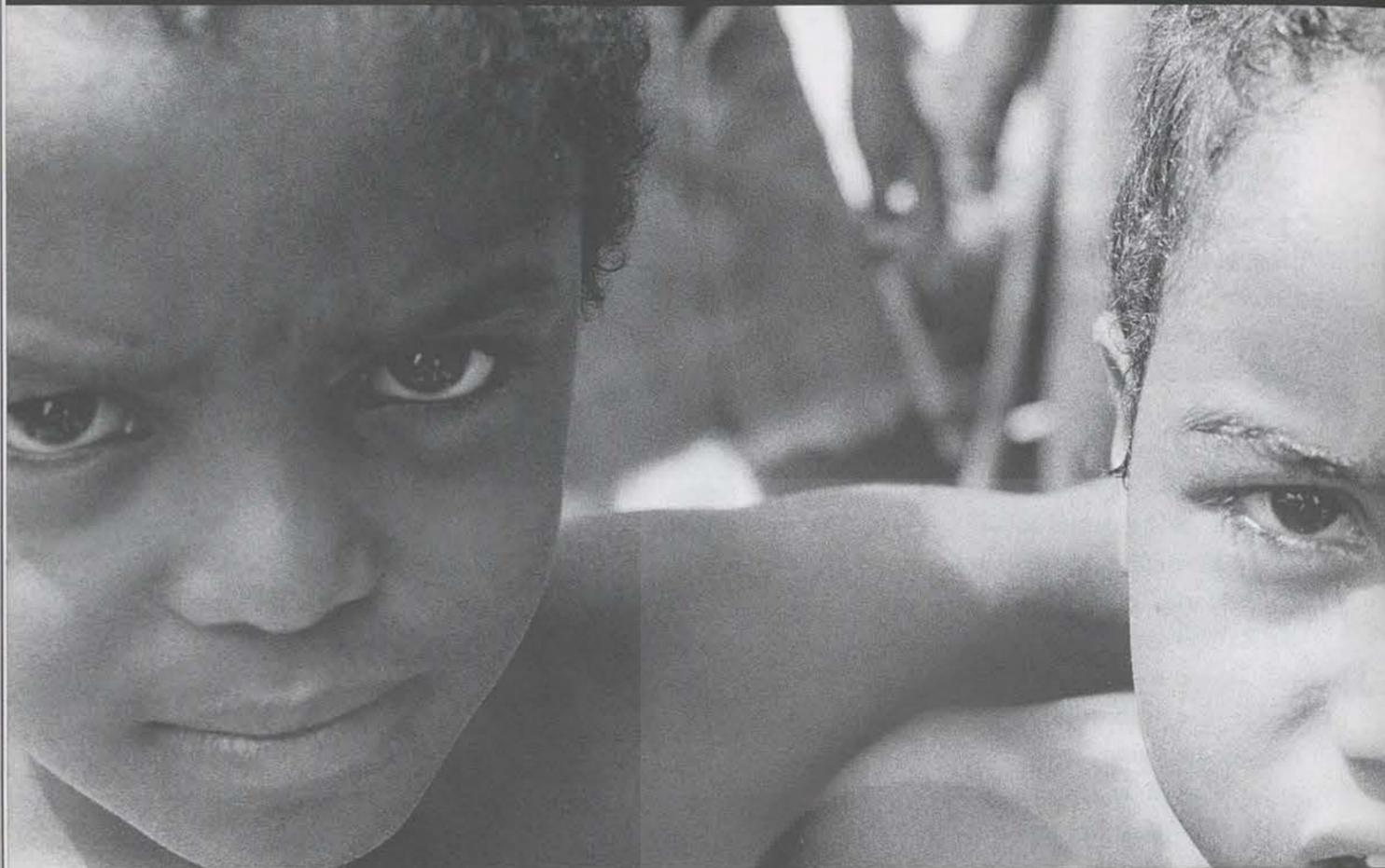
Foto: João Paulo Engelbrecht



O historiador Eduardo Silva, autor do livro *As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura*, e Ivanir dos Santos, Secretário Executivo do CEAP.

A voz de Zezé Motta atravessou o Paço Municipal cantando a música de Zumbi: "A felicidade do negro é uma felicidade guerreira." É o que constata quem se depara com esta história de tantas tramas e lutas, tanta resistência, tanto engenho e arte, tanto amor à liberdade, tantas lições de coragem. Zumbi é o herói que escolhe não fazer o acordo, lutar até o fim e morrer. Morreu há 308 anos num 20 de novembro. Houve várias outras formas de se buscar o mesmo objetivo. Há muitas histórias emocionantes e espantosas encobertas pela cortina do passado. Elas ensinam muito sobre o Brasil. É hora de lembrar. (Colaborou: Higino Barros).





O vice-reitor da Uerj pergunta:

– Quem aqui é universitário?

Ninguém reage.

– Quem quer ir para a Uerj?

Todos os 800 estudantes que se apertavam num domingo de junho, no salão da Igreja de Santana, no Centro do Rio, levantam a mão e gritam ao mesmo tempo. É assim, em alegre algazarra participativa, que o frade franciscano David Santos reúne uma vez por mês os estudantes dos cursinhos pré-vestibular comunitários, organizados sob o guarda-chuva da ONG Educafro. A interação do frei e seu público é total. Ele pede silêncio e não se ouve uma mosca. Ele incentiva e todos explodem. Ele convoca e todos vão.

– Se eu morresse hoje, morreria feliz - disse ele ao fim de uma reunião dia 9 de novembro de 2003, com 500 estudantes no Teatro João Caetano.

Se o estudo não abre todas as portas, ajuda a destrancar muitas delas. Sabendo disso, negros estão se preparando para competir em pé de igualdade na hora do vestibular. As cotas são apenas um dos caminhos.

Flávia Oliveira e Míriam Leitão

ENSINANDO A VENCER A PRIMEIRA BARREIRA

A mistura da energia e sonho de ascensão, de restrição e esperança que se sente nesta reunião mensal impressiona. Nem todos são jovens, há negros e pobres que voltaram a estudar depois dos filhos crescidos, há moradores de todas as periferias do Rio.

Todos contam histórias parecidas de discriminação sofrida, de portas que se fecham, do esforço de trabalhar o dia inteiro e estudar à noite no cursinho sonhando com o vestibular, da vontade de mudar a própria vida. A primeira barreira é a taxa de inscrição.

A Educafro nasceu em São João de Meriti em 89. Hoje tem 79 núcleos no Rio e outros 118 em São Paulo. No país existem 2.200 cursinhos comunitários.

– Descobrimos uma força imensa para mudar a realidade. A Educafro tem 1.450 professores voluntários - comemora.

O frei convence o público.

– É importante mostrar que nós somos capazes - diz Patrícia dos Reis, de 19 anos, que fará vestibular de História da Arte na Uerj, apesar de ter ouvido de uma prima que este não é um "curso para negros".

Patrícia percebeu na escola que a cor de sua pele significava barreiras. Outro dia foi convidada a sair de uma papelaria no centro do Rio quando olhava os produtos. Sofreu com o namorado uma revista policial sem qualquer motivo. Patrícia diz que sofre cada vez que sente os atos velados ou explícitos de racismo. Só não pretende desistir.

Luciano Inácio de Mello, de 27 anos, não pensava em seguir o sonho do seu pai e tornar-se advogado, até que foi à

Educafro levar um amigo. Hoje estuda e coordena o cursinho Malcom-X, em Lins de Vasconcelos. Quer entrar em direito e já começou a sonhar com o futuro da filha: quer que ela seja médica.

É uma corrida de obstáculos. As aulas são à noite e aos sábados. Há o custo das inscrições. Após passar, ainda há o custo de se manter no estudo. É caro ser universitário: as aulas são durante o dia, o transporte não é barato, nem os livros e materiais.

Hoje a idéia de cotas para negros e carentes nas universidades públicas se espalha. Tem na Uerj, na Universidade Estadual da Bahia, Universidade de Alagoas, UnB.

O reitor da UFRJ, Aloisio Teixeira, foi numa reunião geral da Educafro e decidiu implantar mudanças no vestibular da UFRJ.

A USP e a Unicamp estudam medidas que aumentem a presença de negros. A idéia se espalha e pode mudar a cara da universidade brasileira.

Uma pioneira em ação afirmativa foi a PUC do Rio. Além de uma bolsa, ela criou um fundo para financiar os custos de manutenção dos estudantes nos cursos.

A Uerj tem estudado fórmulas de corrigir os erros detectados no último vestibular.

O governo montou um grupo interministerial que estuda a orientação a ser dada de Brasília sobre a inclusão dos negros e pobres nas universidades públicas. Wânia Sant'Anna é consultora desse grupo:

– Um programa de ação afirmativa tem que ser amplo. É preciso, além da cota, ter avaliação dos alunos, programas de apoio, bolsas para mantê-los. A Uerj já está com mil bolsas dadas pela Secretaria de Ciência e Tecnologia. As universidades precisam se preparar administrativamente.

É isso que a Uerj está fazendo ao criar uma comissão interna. Há muita experiência nova e boa para ser compartilhada por quem acredita no sonho de mudar o Brasil.

A professora Rosana Heringer, da Candido Mendes, especialista em inclusão racial, contabilizou:

“Há no Brasil 124 iniciativas de ação afirmativa nas escolas e nas empresas. Já não se pode parar o movimento”.



14

A CLAVE NEGRA

Ricardo Prado*

As quatorze naus se aproximam, lentas, da montanha e das matas, entrando na baía entre golfinhos e baleias. Era 7 de março de 1808. A cidade celebra a família real que chega: salvas de canhões, a tropa formada, o povo aglomerado – D. João vai assistir ao Te Deum na Catedral.

Ele não é o apavorado devorador de coxilhas escondidas nos bolsos, mas homem preparado, apaixonado ouvinte que não esperava a música magnífica desta cidade distante, suja, apertada. E negra. De suas sessenta mil almas, metade era de escravos.

Quem a dirige é o compositor, regente, cravista, violinista, José Maurício Nunes Garcia, que logo se torna chefe da Capela Real, responsável pela música que a corte vai ouvir. Seu talento e técnica são admiráveis – Neukomm, compositor austríaco aluno de Haydn, escreveu que ele era "o maior improvisador do mundo". O que não impediu que Marcos Portugal, chegando anos depois, roubasse seu posto usando mais intriga que méritos musicais. Filho de português branco e brasileira negra, José Maurício era inaceitavelmente mulato.

Antes dele, nas Minas Gerais do Ciclo do Ouro, entre os vinte compositores mais importantes, negros eram nove; mas entre os três mais importantes, dois eram negros – num país de escravos, décadas antes da Abolição, compondo música da melhor qualidade para coros e orquestras. A brutalidade da escravidão no passado – como a persistente ignorância do presente – reduz a nossa matriz musical negra a uma espécie de memória distante e pequena da música chamada popular. Na África do Sul, a música tonal, européia, tomou as manifestações negras; nos Estados Unidos, a música negra ficou em guetos da música negra "popular" de onde, até pouco tempo atrás, era proibida de sair. Aqui, músicos negros foram gênios na tradição culta européia, como usaram as práticas africanas para engendram – muitas vezes pelo cruzamento destas com aquelas – músicas novas, capazes de abrir caminhos novos mundo afora.

Pobre e doente, José Maurício abriu uma pequena escola de música para dar aulas de instrumentos e composição. Lá, ensinou a Fran-

cisco Manoel, autor do nosso Hino Nacional que, depois, ensinou a Carlos Gomes – o primeiro grande compositor de ópera das Américas e negro também. Seguindo este exemplo, brasileiros que iam estudar na Europa, como Leopoldo Miguez, Alberto Nepomucerto, Francisco Braga, Francisco Mignone, Camargo Guarnieri, brancos e mestiços, escreviam para grandes sinfônicas Batuques, Congadas, obras negras, mestiças. Por aqui, entre modinhas, lundus, sambas e choros, Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazareth, Pixinguinha inventavam as esquinas musicais onde o Brasil – mais do que em qualquer outro lugar brasileiro – se encontra e se sabe. Lá, vindo dos estudos na Europa, das madrugadas de chorões na Lapa, de viagens amazônicas (ainda que imaginárias), se encontrou Villa-Lobos, que influenciou Rada-més, que ensinou o Tom, que encontrou o Chico, que marcou o Marcelo Camelo.

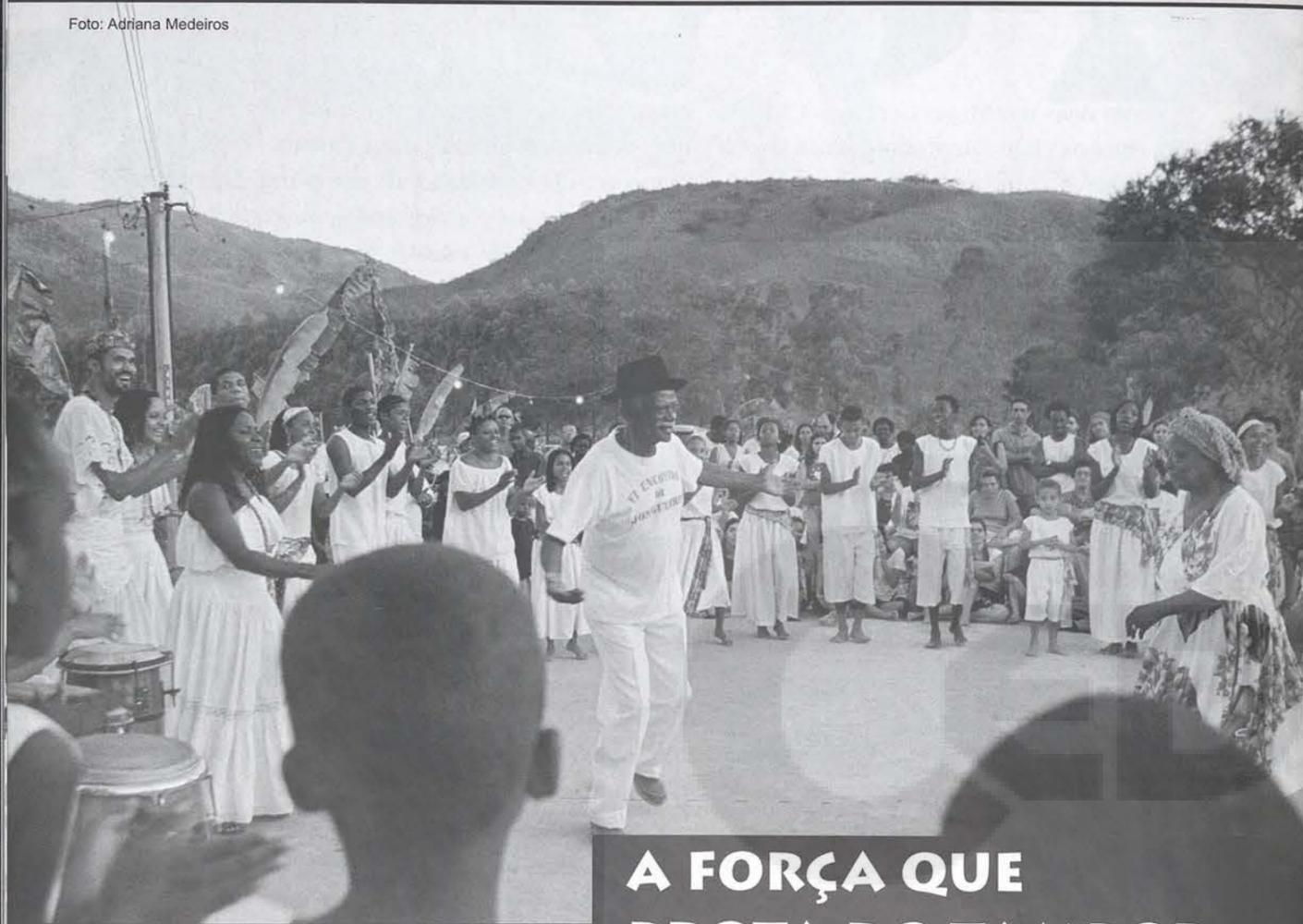
Clave é o sinal que, no início da pauta, dá nome às notas. Na polifonia que é o Brasil uma, aguda, brilhante e definitiva, é negra.

* Ricardo Prado é Maestro.

15

Nas Minas Gerais do Ciclo do Ouro, entre os vinte compositores mais importantes, negros eram nove; mas entre os três mais importantes, dois eram negros – num país de escravos, décadas antes da Abolição, compondo música da melhor qualidade para coros e orquestras.

Foto: Adriana Medeiros



A FORÇA QUE BROTA DO TAMBOR

Débora Thomé

Ninguém nunca teve dúvidas quanto à origem da força dos tambores ou do gingado da dança. Que eles eram negros, já se sabia há muito, mas, infelizmente, essas manifestações sempre ficaram relegadas ao segundo plano. A presença negra sempre foi notada, mas pouquíssimas vezes destacada. Era vista apenas como uma influência, não como a fundação.

– As manifestações culturais de origem africana só são curtidas levianamente. Rara-

mente são apreciadas como manifestações culturais de verdade, dinâmicas em sua essência. Muitos achavam que elas eram não só menores, mas também sujas, feias, malcheirosas – explica o pesquisador Nei Lopes.

No entanto, tem-se a impressão de que o momento atual é de rever os laços com a cultura primeira para que, enfim, o negro possa ter mais uma coisa que sempre tentaram lhe tirar: o orgulho de sua própria origem.

– Quando uma pessoa não tem nada, seu único patrimônio é a sua cultura. Se essa cultura não é valorizada, a pessoa não tem como manter sua auto-estima – comenta Marcos André Carvalho, estudioso do assunto e atualmente coordenador da ONG Jongo da Serrinha.

O jongo tem sido um desses caminhos para buscar a origem. Misto de dança e jogo, veio de Angola para as fazendas de café e destas para as favelas, quando foram libertados os escravos. Tia Maria, que mora na Serrinha, não lembra quando aprendeu a dançar o jongo: "Os mais velhos dançavam, a gente não podia, mas olhava e copiava lá na Serrinha". Com 83 anos, ela canta, dança e faz uma das coisas mais importantes para a sobrevivência da cultura: ensina aos netos o que aprendeu de seus avós.

A idéia da Associação Jongo da Serrinha é unir cultura, auto-estima e cidadania. Hoje, diariamente, 500 crianças frequentam a sede do projeto. Fora do horário de aula, participam de várias atividades e, claro, aprendem a jogar. O que torna a iniciativa ainda mais interessante é que, por meio da dança, essas crianças estão não só conhecendo mais a cultura de seus

antepassados como também se profissionalizando. Antes restrito às favelas, o jongo agora lota teatros e casas de espetáculo.

No Rio, esse movimento está, aos poucos, ocupando seu espaço. Na Bahia, a busca pela identidade negra começou há muito. Em Salvador, a historiadora e coordenadora do projeto Escola Plural, do Ceafro, Silene Arcanjo, conta que, graças a esse trabalho de fortalecimento da cultura da raça desenvolvido por entidades como o Olodum, o Ilê Aiyê, o Malê de Balê, os Filhos de Gandhi e tantos outros, hoje a negação da identidade negra não é tão forte no estado:

– Esse trabalho já começa a colher bons frutos, visíveis pelas ruas da cidade. Ser negro na Bahia já não é mais folclore, é uma postura.

E complementa:

– Não se pode pensar na formação desse país sem lembrar a contribuição do trabalho do homem e da mulher negra.

Essas presenças culturais são tantas – e tão ricas – que por si só valeriam um especial inteiro. Por enquanto, o importante é saber que elas estão sendo, mesmo que lentamente, recuperadas e valorizadas (Colaborou: Heliana Frazão).



O jongo tem sido um desses caminhos para buscar a origem. Misto de dança e jogo, veio de Angola para as fazendas de café e destas para as favelas, quando foram libertados os escravos.

A VERDADE É QUE ELES SEMPRE LUTARAM

Foto: Januário Garcia



18

Miriam Leitão

Para fotografar o primeiro ato público do Movimento Negro na ditadura, em 1978, Januário Garcia contou com a ajuda da amiga socióloga Lélia Gonzalez, morta prematuramente anos atrás. Ele fotografava e jogava os filmes na bolsa dela. A polícia, que cercava o local, tomou vários filmes, mas ele conseguiu salvar outros tantos. Ele fotografa o Movimento Negro desde 74. É dono hoje de um amplo e

bem organizado arquivo de fotos de todos os momentos de quase 30 anos da briga pelo fim do preconceito e da discriminação. Ano que vem fará na ONU uma exposição.

O movimento de resistência é bem mais antigo, como conta Abdias Nascimento:

– Meu primeiro ato foi em 1930, quando se criou a Frente Negra, em número e influência, o mais forte movimento que os negros já

formaram no Brasil. Naquela época, lutamos para entrar na Força Pública e na Guarda Civil, onde só havia nórdicos; brigamos para entrar em cinemas, barbearias; para sermos contratados pelas empresas. Participei de muito quebra-quebra – diz Abdias, de 90 anos, ex-deputado, ex-senador.

A Frente Negra foi proibida em 37. Surgiram: Legião Negra Constitucionalista, Frente Negra Socialista, Comitê Democrático Afro-Brasileiro. Convenção Nacional, em 45. Congresso Negro, em 50. Teatro do Negro. Jornal "O Quilombo". Abdias provocou esse debate por sete décadas.

– Sofri três IPMs e fui exilado. Nunca me envolvi em nada, não fui nem do Partido Comunista. Sempre defendi a dignidade da minha raça – diz.

Em 74, a Cândido Mendes abriu um Centro de Estudos Afro. Logo depois, foi fundado o Instituto de Pesquisa da Cultura Negra, o IPCN, que começou a funcionar em local cedido pela embaixada alemã.

– Tempos depois, apareceu por aqui um ativista negro americano chamado Jimmy Lee. Ele disse que a *Interamerican Foundation*, do Partido Democrata, mandaria para nós dinheiro para comprarmos uma sede. Quando a ditadura viu que a gente tinha comprado uma sede se perguntou: "o que é isto?" – conta o fotógrafo Januário.

Segundo ele, a polícia então combateu o

movimento dizendo aqui que o IPCN era financiado pela CIA e nos EUA que o movimento era comunista.

Em São Paulo, outras instituições foram surgindo.

– Quando três estudantes foram discriminados no Mackenzie, foi criado o Movimento Negro Unificado – conta Raimundo Santa Rosa, coordenador regional do MNU.

Em 88, no governo Sarney, o MNU convocou uma passeata na Presidente Vargas no centenário do 13 de maio. O governo chamou o Exército que literalmente cercou os manifestantes com 600 soldados.

– O Exército ficou apavorado à toa. Eles acharam que nós iríamos destruir o monumento a Caxias. A gente nem estava lembrando de Caxias. Queríamos andar até Zumbi – conta Abdias.

A esquerda durante muito tempo analisou a questão apenas como parte da luta de classes. Januário discorda:

– Entre a esquerda e a direita, eu sou negro.

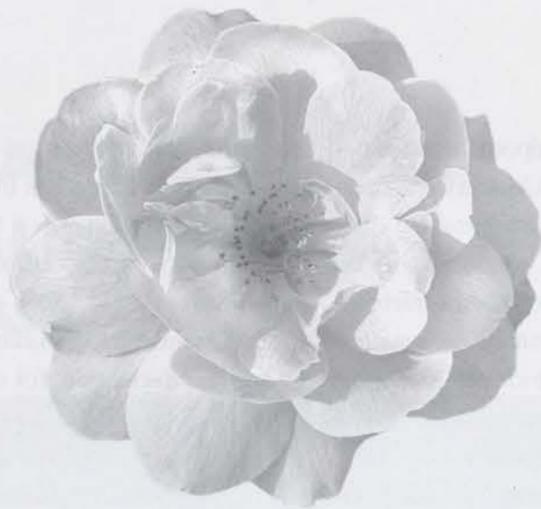
Eles temem ser, de novo, alijados:

– Já levei muita vassourada na vida e sei que tudo pode ter retrocesso. Vejo agora a gente crescer, mas estou precavido. O movimento está se espalhando por todo o país e fica difícil fazer o que fizeram em 37. O que eu gosto de ver é a negrada estudando. Está bonito de ver – diz Abdias.

19



Januário Garcia fotografou o primeiro ato público do Movimento Negro na ditadura: a Marcha de 1978 (página ao lado). Os filmes foram salvos pela amiga e socióloga Lélia Gonzales.



Meu primeiro ato foi em 1930, quando se criou a Frente Negra, em número e influência o mais forte movimento que os negros já formaram no Brasil.

Abdias Nascimento



A cor do Brasil é uma publicação do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas - CEAP,

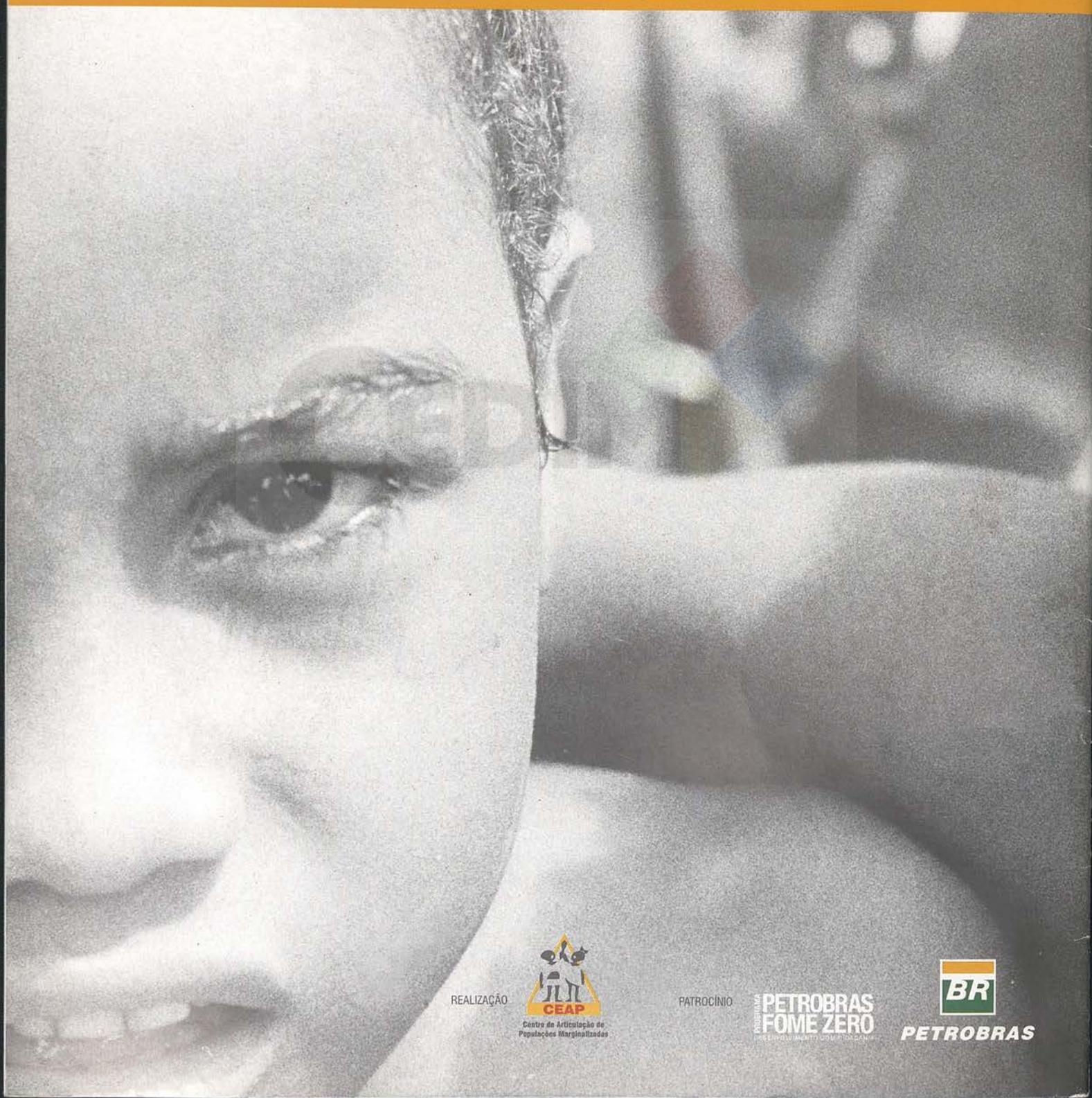
Rua da Lapa, 200 - gr.810 - Centro RJ - CEP: 20021-180 - tels: (021) 2242-0961/2232-7077

E-mail: ceap@portalceap.org.br camelia@portalceap.org.br Site: www.portalceap.org.br

Edição e produção: Espalhafato Comunicação e Produção. / Programação Visual: Stefano Figalo. / Foto Capa:

Adriana Medeiros. / Fotos: Adriana Medeiros, Januário Garcia e João Paulo Engelbrecht / Rio de Janeiro, 2006.

Zumbi nasceu livre, mas morreu lutando pela liberdade. Houve um dia em que Salvador parou por causa de uma greve dos escravos. O primeiro sistema de capitalização de que se tem notícia no Brasil foi montado por negros para a compra de alforrias. Negros entraram na Justiça contra senhores de escravos e alguns ganharam a ação. Houve quilombo no Brasil inteiro. Não apenas os isolados, mas nas cidades. A maior concentração de negros fugidos no Rio ficava na área que é hoje a Lagoa Rodrigo de Freitas. A Camélia foi um código entre abolicionistas. Houve batalhas de rua. A História é muito mais rica, emocionante e forte do que os resumos que temos em mente. Parte do processo de valorização do negro no Brasil passa por abrir a cortina que encobre e simplifica o passado. Há historiadores fazendo isso para que o país se entenda melhor. E é inaceitável que o Brasil saiba tão pouco de tudo o que se passou nos primeiros séculos. (Míriam Leitão)



PATROCÍNIO

PROGRAMA
**PETROBRAS
FOME ZERO**
COM EMISSÃO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

